

Reportagens investigativas e cobertura diária: requisitos para a busca de qualidade no jornalismo ambiental

Investigative stories and daily coverage: requirements for the search for quality in environmental journalism

Myrian Regina Del Vecchio-Lima¹ⁱ
Orcid: 0000-0002-1833-2332

Artur Oliari Lira²ⁱⁱ
Orcid: 0009-0009-5173-6951

Recebido em: 10/01/2023. Aprovado em: 27/03/2023

Resumo

Este trabalho de viés qualitativo buscou estabelecer as características recomendadas por diversos teóricos para as produções de jornalismo investigativo e de jornalismo ambiental, verificando suas similaridades. A aplicação da teoria foi feita pela análise interpretativa de três reportagens investigativas premiadas nacionalmente sobre temáticas ambientais e uma amostra de cobertura semanal sobre meio ambiente da *Folha de S. Paulo*. Ao final, apresentam-se sugestões para reduzir as fragilidades da cobertura ambiental verificada na cobertura diária, que poderia se inspirar nas reportagens investigativas sobre o tema, ainda que se considerem todas as diferenças entre coberturas em profundidade e coberturas diárias.

Palavras-Chave: jornalismo investigativo; jornalismo ambiental; jornalismo especializado; cobertura diária.

Abstract

This qualitative work sought to establish the characteristics recommended by several theorists for the productions of investigative journalism and environmental journalism, also verifying its similarities. The application of the theory was made by interpretive analysis of three award-winning national investigative reports on environmental issues and a sample of weekly coverage on the environment of the newspaper *Folha de S. Paulo*. At the end, suggestions are presented to reduce the weaknesses of daily environmental coverage. This coverage could inspire itself on the investigative stories about the theme, in spite of all the differences between deep coverage and daily journalism.

Keywords: investigative journalism; environmental journalism; specialized journalism; daily journalism.

1 Introdução

Há uma crítica acadêmica reiterada sobre a prática cotidiana do jornalismo ambiental, modalidade entendida como editoria/área especializada ou até mesmo

¹ Universidade Federal do Paraná, Paraná/Brasil. E-mail: myriandel@gmail.com

² Universidade Federal do Paraná, Paraná/Brasil. E-mail: Email: arturoliarilira@gmail.com



relacionada ao jornalismo científico (BUENO, 2007; DEL VECCHIO DE LIMA *et al.*, 2015; GIRARDI, I. *et al.*, 2018). Essa crítica sobre a cobertura ambiental é embasada em conceitos e observações empíricas e se justifica em vários pontos, em especial quando se alega que tal cobertura é marcada pela superficialidade; sem a complexidade inerente ao tema (FROME, 2008); com falta de abordagem sistêmica ou ausência de questionamento sobre as práticas empresariais ou governamentais, pouco atentas às questões socioambientais (BUENO, 2007).

Também é importante assinalar que o jornalismo ambiental “anseia por um conceito, que extrapole o do jornalismo científico tradicional (...), que não se confunda com o jornalismo econômico (...) e que não se apoie em um jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites” (BUENO, 2007, p. 29).

De forma paralela à cobertura jornalística ambiental cotidiana, há no Brasil a produção de uma série representativa de reportagens investigativas sobre meio ambiente, que apresentam de forma aprofundada problemáticas complexas e interconectadas, com dados e fontes checados e cruzados, e, muitas vezes, com denúncias consistentes. Várias delas são contempladas em eventos de premiações nacionais para categorias amplas do jornalismo, ou específicas para o jornalismo ambiental.

Este trabalho assinala algumas características de reportagens investigativas premiadas sobre temas socioambientais, produzidas de forma mais espaçada; assim como analisa alguns exemplos de matérias encontradas na cobertura jornalística diária, que consideramos frágeis em vários aspectos. A intenção é compreender se a temática ambiental exige postura mais investigativa em sua cobertura diária. Perguntamos: *Quais pontos de fragilidade emergem na cobertura cotidiana sobre o tema que provocam observações dos estudiosos? Como a pauta ambiental poderia ser mais frequentemente alavancada aos moldes do jornalismo investigativo? Como buscar o equilíbrio entre a cobertura cotidiana que é cada vez mais célere e o investimento na investigação aprofundada sobre o tema?*

Nossa premissa é que as reportagens premiadas, além de seguirem as boas regras do jornalismo investigativo (FORTES, 2005; SEQUEIRA, 2005), apresentam características do jornalismo ambiental recomendadas por especialistas; e que na cobertura diária, mesmo sem a obrigação e/ou possibilidade de aprofundamento, as matérias não apresentam alguns requisitos básicos apontados pelos cânones do jornalismo ambiental.



A metodologia qualitativa analisa três matérias investigativas sobre a temática contempladas no Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog (2016 e 2019); e no então Prêmio Esso de Jornalismo (2011). Analisa também nove (9) matérias com ênfase socioambiental localizadas em uma semana de edições do jornal de circulação nacional *Folha de S. Paulo* (de 5 a 11 de julho de 2020), por meio de coleta via Google.

A análise interpretativa busca, em categorias específicas (BARDIN, 2016), que remetem às características recomendadas para o jornalismo ambiental, verificar e analisar *se* e *como* essas características aparecem nas matérias de cobertura diária e nas reportagens premiadas, para vislumbrar possibilidades mais ricas de investigação sobre a temática ambiental, mesmo com os limites de tempo, espaço e audiência exigidos na cobertura diária.

O trabalho se alinha aos conceitos de Enrique Leff (2006) sobre as questões ambientais que, de forma ampla, requerem racionalidade própria, contextualidade abrangente e visão interdisciplinar, a serem estendidas, dentro das devidas proporções e limites, ao jornalismo diário e investigativo.

2 Cruzamento conceitual

Já se tornou motivo de crítica o fato de alguns jornalistas, ao serem questionados sobre o conceito de jornalismo investigativo, apelarem para a velha e simplista frase de que “todo jornalismo é investigativo”. Ao aceitar isso, nos conformamos com o senso comum e ignoramos que no interior do Jornalismo, como instância de conhecimento e campo profissional, existem e convivem vários “jornalisms” que se entrecruzam e compõem a abrangência e complexidade dessa instituição. Concordamos com Fortes (2005), que entende o jornalismo investigativo como um nicho especializado do campo jornalístico, que exige habilidades específicas. Acrescentem-se, ainda, as observações de Nascimento (2010) de que a modalidade nasce de um trabalho com circuitos próprios, e de interesse público relevante e põe à luz um tema ou partes de um tema não visíveis ou ainda pouco visíveis.

Tomamos aqui duas modalidades de jornalismo, o investigativo e o ambiental, por meio de características consideradas adequadas para quem as estabelece e as conceitua em estudos e pesquisas. Acentuamos que as duas modalidades podem se entrecruzar em determinados momentos ou práticas de produção: há textos jornalísticos investigativos sobre a temática ambiental (jornalismo ambiental investigativo) e textos de jornalismo ambiental



pouco investigativos, que reproduzem material de assessorias de imprensa ou caem na vala comum da cobertura diária feita em *modus operandi* que beira a automação industrial, o que também ocorre, por vezes, na cobertura diária de outros temas do campo profissional.

Vamos explorar um pouco as duas linhas: reportagens investigativas sobre meio ambiente, premiadas nacionalmente; e matérias sobre temas socioambientais na cobertura diária do principal jornal da região Sul do país. É evidente não ser possível carimbar ambas as linhas como “jornalismo investigativo”, mas podemos etiquetar as duas como “jornalismo ambiental”, mesmo que a ênfase de algumas matérias não ocorra apenas pela exposição de conflitos entre sociedade e natureza.

Lembramos que, conforme Bueno (2007, p. 35), “o meio ambiente não se limita ao chamado meio físico ou biológico, mas inclui as interações sociais, a cultura e manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana.”. Esse entendimento é o mesmo de autores internacionais como Guattari (1990) – que discorre sobre três ecologias: a do meio ambiente, como natureza propriamente dita; a das relações sociais; e a da subjetividade humana, entre as quais se engendram diversos fenômenos; Leff (2006), que estabelece a necessidade da reflexão sobre a interação entre as racionalidades ambientais e socioeconômicas; e Latour (2020), que reflete sobre como a sociedade do antropoceno destrói a si própria por meio do aniquilamento da natureza.

Diante da complexidade inerente ao entendimento de meio ambiente, e que deve estar presente nas produções do jornalismo ambiental, é preciso antes de tudo estabelecer o conceito e as características de cada uma dessas modalidades que podem conviver entre si de maneira simples e, às vezes, brilhante. Mas, nunca deveriam estar totalmente desconectadas. Daí se defender aqui uma cobertura diária de temas ambientais marcada, mesmo que modestamente, pelas aspirações das melhores características do jornalismo ambiental, e, em alguma medida, inspiradas minimamente pelo jornalismo investigativo.

De forma breve, é necessário introduzir o campo de conhecimento sobre o qual o jornalismo ambiental se debruça para produzir reportagens ou notícias. Del Vecchio de Lima *et al.* (2015) assinalam que o campo ambiental, aqui tratado como socioambiental por suas características inter-relacionais intrínsecas, se centra nas relações entre sociedade e natureza, carregando em seu interior, como base, a interdisciplinaridade e, de forma decorrente, uma carga intensa de complexidade, alcançando as interconexões entre ciência e saber. Para as autoras, “o campo ambiental abrange um objeto situado nas fronteiras



disciplinares [...] e implica na compreensão de outra racionalidade para avançar nas respostas para suas problemáticas” (DEL VECCHIO DE LIMA *et al.*, 2015, p.78). Esse entendimento tem base em Leff (2006), que propõe a superação de uma racionalidade puramente econômica ou científica para o campo, defendendo a inserção de uma racionalidade socioambiental que costure as relações, historicamente em conflito, entre sociedade e natureza.

Uma das peculiaridades mais postuladas para o campo, a necessidade de considerar sempre a sua complexidade, parece se adequar muito bem a um dos requisitos para a prática do jornalismo de qualidade: a de trazer elementos contextualizadores nas matérias e reportagens de modo a permitir uma visão menos fragmentada. Conforme Morin e Kern (2002), a complexidade é alternativa epistemológica para superar o paradigma cartesiano e enfrentar a infinidade de relações que se estabelecem entre os fenômenos, e em especial os fenômenos socioambientais.

Do breve entendimento sobre o campo socioambiental busca-se trazer algumas de suas especificidades para o jornalismo ambiental, respeitando-se, é claro, os limites das práticas jornalísticas e das epistemologias ligadas ao jornalismo.

2.1 Características esperadas do jornalismo ambiental/cobertura sobre meio ambiente

Bueno (2007), tem posição radical e conhecida sobre o jornalismo ambiental, ao revelar um tom bastante crítico à imprensa, pois entende que, de forma ampla e com louváveis exceções, o jornalismo ambiental brasileiro se omite de seu papel com relação ao meio ambiente. Apesar das críticas, o autor faz ressalvas³ importantes ao diferenciar a qualificação da cobertura feita pelas mídias especializadas e a da grande imprensa que, para ele, é “respaldada por interesses quase sempre conflitantes com as demandas da maioria da população, e, sobretudo, dos segmentos menos favorecidos” (p. 26); o autor assinala também o papel “dos jornalistas competentes e combativos” que comandam projetos editoriais, sites de notícias, programas de rádio e televisão, e que enfrentam “as dificuldades

³ Observamos que estas ressalvas podem ser aplicadas à cobertura noticiosa de praticamente todas as áreas do jornalismo.



de ser fazer bom jornalismo num país que está acostumado aos ‘reality shows’ e à imprensa não investigativa” (BUENO, 2007, p. 26).

Como um dos muitos “jornalisms”, e, portanto, detentor dos princípios e valores do campo profissional, o jornalismo ambiental apresenta especificidades e pressupostos que são bem-vindos em uma reportagem ou cobertura ambiental, e que vão além das condutas técnicas. Sem pretensão de sistematização ou de totalização, apontamos alguns itens que Bueno (2007) critica com relação à cobertura ambiental: a “síndrome de Lattes”, que leva à priorização de fontes especializadas, deixando de lado ou em segundo plano as fontes não qualificadas com experiências singulares; o uso inconsequente e maquiado do termo “desenvolvimento sustentável”, usado mais como marketing verde, em uma lógica marcada pelos interesses do empresariado; a falta de entendimento da sociedade dos debates e polêmicas sobre o tema, o que coloca a questão socioambiental como uma externalidade à sua vida cotidiana; a necessidade, já há muito tempo assinalada por diversos autores, de deixar de lado as posturas de imparcialidade e de objetividade que alguns jornalistas ainda adotam; a defesa intransigente do interesse público, em contraponto a uma tendência de privilegiar as relações entre o sistema produtivo e o meio ambiente.

Ilza Girardi (2016)⁴ enfatiza que a mídia jornalística brasileira, em geral, vem dando mais espaço à temática socioambiental, mas “a cobertura na maioria das vezes não é qualificada, apresentando enfoques fragmentários, sem contextualização, não contemplando as diversas vozes que poderiam se manifestar sobre o tema em questão”. Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92), surgiram editorias de meio ambiente e várias revistas especializadas. Mas, pouco a pouco, tais editorias deixaram de existir e os espaços que sobreviveram “eram atrelados aos seus anunciantes (...) e os jornalistas que dirigiam esses espaços não tinham conhecimento sobre meio ambiente” (GIRARDI, 2016, s.p.). A pesquisadora ainda afirma que, nos jornais, “o discurso ambientalista foi apropriado pelos interesses econômicos e travestido de desenvolvimento sustentável ou de economia verde. Vemos matérias cujos autores aceitam tais discursos ao produzirem seus textos, sem qualquer questionamento”.

Para André Trigueiro (2016)⁵, jornalista da Rede Globo, “não faltam espaços na mídia para a cobertura de tragédias ou catástrofes ambientais, mas ainda lutamos por espaço

⁴ Entrevista à autora, 2016.

⁵ Em entrevista à autora, em 2016.



para sinalizar rumo e perspectiva, falar de soluções, exibir boas práticas ou exemplos inspiradores”. Ele pontua que a grande imprensa é refém do "factual", e o significado de notícia se confunde com "problema", acrescentando que não adianta alarmar as pessoas com a gravidade da crise climática sem mostrarmos os caminhos para corrigir o rumo e o que se ganha com isso: “Essa mudança no nível de cobertura passa em algum momento pela formação dos jornalistas e pela coragem dos editores. Mudança é uma palavra que ainda assusta muita gente. O clima muda mais rápido do que a cultura nas redações” (TRIGUEIRO, 2016, s.p).

Com base nesses pesquisadores e jornalistas, sintetizamos algumas características desejáveis na prática do jornalismo ambiental e da cobertura sobre meio ambiente: a) atendimento ao interesse público e menos à lógica produtivista ou governamental; b) apontamento de soluções, rumos e perspectivas e não apenas problemas, enfatizando exemplos de boas práticas; c) diversificação de fontes, dando lugar a vozes não especializadas mas com experiências singulares; d) clareamento e didática ao mostrar a questão ambiental como parte do cotidiano dos cidadãos e da sociedade; e) relativização do valor imparcialidade, permitindo a emergência de visões comprometidas com a racionalidade ambiental, que é afeita a diversas subjetividades, fugindo de uma lógica economicista e tecnicista; f) textos menos fragmentados e mais contextualizados à moda de uma visão sistêmica que leva em conta, na medida do possível, o todo e não apenas partes de um problema.

2.2 Características esperadas do jornalismo investigativo

O *investigative journalism* ultrapassa a investigação habitual de qualquer produção no jornalismo, diferenciando-se de acordo com Sequeira (2005), “pelo processo de trabalho do profissional e métodos de pesquisa e estratégias operacionais” (p. 15). A autora traz as reflexões do jornalista Alberto Dines, no final dos anos 1980, que é o primeiro autor brasileiro a considerar a categoria jornalismo investigativo, o que o leva a distinguir dois tipos de reportagens: as investigativas e as interpretativas (SEQUEIRA, 2005); Dines na época já assinalava a dificuldade de realizar este tipo de reportagem nos jornais.

Em retrospectiva histórica, Sequeira (2005, p. 23) destaca que é Nilson Lage quem irá “definir o jornalismo investigativo e focar as fases de construção de uma reportagem



investigativa, ainda que rapidamente”. A definição do autor é a de que essa modalidade é uma “reportagem extremada”, que exige tempo e esforços extras do jornalista para levantar, com fontes e documentos originais, o detalhamento em profundidade sobre um tema. Destaca também a falta de espaço nos jornais diários para este tipo de reportagem. A revisão bibliográfica de Sequeira mostra que:

(...) nos Estados Unidos, já em 1964, os administradores do Prêmio Pulitzer, sob os auspícios da Universidade de Columbia, consolidaram o jornalismo investigativo, praticado desde a segunda metade dos anos 1950, ao premiarem o Philadelphia Bulletin por uma reportagem investigativa, denunciando a corrupção na cidade” (SEQUERIA, 2005, p. 28).

Se essa premiação começou a mudar o jornalismo norte-americano, é o caso Watergate que o consolida e causa uma onda internacional de investigações jornalísticas que faz a modalidade amadurecer. Mas é preciso assinalar que a categoria não trata apenas de denúncias. Fernandes e Lima (2017), por exemplo, pontuam similaridades entre a prática do chamado jornalismo hiperlocal e do jornalismo investigativo e afirmam que o ‘hiperlocal’, que se associa ao jornalismo cidadão e ao jornalismo cívico, em muitos aspectos se aproxima do jornalismo investigativo. E que “ao se avizinhar da prática investigativa, o hiperlocal pode contar com o acréscimo de saberes, como a mobilização da comunidade e o empoderamento social” (FERNANDES; LIMA, p. 57), de forma a ir além das denúncias de corrupção e de escândalos políticos ou empresariais.

Não há uma definição fechada e limitada para o jornalismo investigativo. Para conceituá-lo, por exemplo, Sequeira (2005) construiu um capítulo com mais de cinquenta páginas de um livro, em que percorreu, por meio da visão de vários jornalistas experientes, aspectos que permitissem um entendimento conceitual, por meio de critérios como conteúdo das reportagens, métodos e estratégias dos repórteres nas suas rotinas, relações de repórteres e fontes de informação, questões éticas norteadoras e função social desta categoria de jornalismo.

Mas, o que nos interessa neste texto é evidenciar algumas características da modalidade. A maioria dos estudos sobre o jornalismo investigativo e as conceituações elaboradas sobre a modalidade é marcada pelo modo de fazer a reportagem de forma diferenciada das rotinas de trabalho convencionais do jornalismo, por meio de métodos de apuração específica, pesquisa aprofundada, relacionamento diferenciado com as fontes, e



outras técnicas e recursos específicos que envolvem planejamento e viabilidade em recursos humanos, financeiros e de tempo. A elaboração do conteúdo do material a ser publicado, os estilos de redação, as abordagens escolhidas, assim como a contextualização das informações não são tão evidenciadas enquanto aspectos privilegiados pelos autores.

Diante disso, decidimos estabelecer — com base na leitura de diversos autores (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; SEQUEIRA, 2005; NASCIMENTO, 2010 e outros) algumas características que devem estar presentes para analisar uma reportagem investigativa com base na leitura do texto publicado: a) tema de *interesse público* com enfoque que privilegie questões sociais dos conteúdos; b) temas não visíveis ou ainda pouco visíveis para a sociedade; c) investigação realizada pelo próprio jornalista; d) precisão das informações (jornalismo de precisão ou de dados) — exatidão dos termos e estatísticas, ausência de distorções e de informações fora do contexto; e) diversidade de fontes; f) longo formato; g) contextualização para se evitar a fragmentação.

2.3 Conexões possíveis entre as duas modalidades

Ao estabelecer similaridades entre as duas modalidades, no que se refere a algumas de suas características, não nos esquecemos de que muitas delas se estendem ao jornalismo de forma ampla, mas são aqui iluminadas em termos do jornalismo ambiental e do jornalismo investigativo em suas possíveis conexões. Para melhor visualização traçamos o Quadro 1:

Quadro 1 – Características do jornalismo ambiental e do jornalismo investigativo e similaridades entre as modalidades

Jornalismo Ambiental	Jornalismo Investigativo	Similaridades
Interesse público; não priorização a interesses governamentais/empresariais.	Interesse público; enfoque em questões sociais,	SIM
Apontamento de soluções, rumos e perspectivas; exemplos de boas práticas.	Temas não visíveis ou ainda pouco visíveis.	EM PARTE
Relativização do valor imparcialidade: emergência de visões comprometidas com uma racionalidade ambiental; distanciamento da lógica economicista e tecnicista	Investigação feita pelo jornalista.	EM PARTE
Clareamento e didática;	Precisão, clareza, exatidão.	EM PARTE

apontamento da questão ambiental como parte do cotidiano social.		
Diversificação de fontes: vozes não especializadas, mas com experiências singulares.	Diversidade de fontes	SIM
Uso adequado do termo desenvolvimento sustentável; relativização do marketing verde		CARACTERÍSTICA ESPECÍFICA DO JORNALISMO AMBIENTAL
Formato longo (<i>longform</i>): reportagem extensiva em detalhes e aprofundamento.	Eventual formato longo, mas não é uma característica tão frequente, a não ser quando se trata de reportagem ambiental investigativa.	EM PARTE
Contextualização/não-fragmentação	Contextualização/não-fragmentação	SIM

Fonte: Organizado por um dos autores, com base em revisão bibliográfica.

Com apoio na revisão realizada, verificamos as similaridades entre características do jornalismo investigativo e do jornalismo ambiental em três dos pontos: interesse público das pautas e seu desatrelamento dos interesses governamentais/empresariais; recomendação à diversificação de fontes habitualmente limitadas a especialistas e/ou fontes oficiais; e necessidade de contextualização para se evitar um texto que fragmente excessivamente a realidade.

Outras características apresentam similaridades em parte: é desejável que matérias sobre meio ambiente apontem soluções e exemplos de boas práticas, mas nem sempre isso precisa ocorrer em reportagens investigativas, embora o apontamento de rumos e perspectivas coloque-se como valor almejado; o jornalismo investigativo requer que a investigação seja feita pelo próprio repórter, o que não é necessário para caracterizar uma reportagem diária sobre meio ambiente de qualidade; a emergência de uma lógica ambiental evidentemente aplica-se apenas a coberturas na área, mas o jornalismo investigativo também pode se distanciar de uma lógica exclusivamente economicista/tecnicista, característica forte do jornalismo em geral; e, finalmente, é claro que a qualquer modalidade jornalística deve se aplicar os quesitos de precisão e clareza, mas no jornalismo ambiental isso vai além, na tentativa de levar ao leitor a mensagem de como os conflitos socioambientais se refletem no cotidiano e na qualidade de vida e saúde da sociedade.

Duas das características examinadas são exclusivas de cada uma das modalidades: sim, o jornalismo investigativo é *longform*, mesmo que publicado em blocos ou em edições sucessivas nas diferentes plataformas, o que não se aplica ao jornalismo ambiental



cotidiano, a não ser quando a reportagem ambiental também é investigativa no sentido especializado do termo; e evitar o uso e abuso do marketing verde e do termo desenvolvimento sustentável como panaceia para todos os males de cunho ambiental, se aplica a toda cobertura ambiental, seja ela investigativa ou não.

3 Caminho metodológico

Este trabalho exploratório adota uma abordagem qualitativa de pesquisa e tem como procedimento analítico a eleição de categorias prévias, enquanto características das duas modalidades de jornalismo em exame. Após a revisão bibliográfica, foi possível estabelecer similaridades possíveis entre os dois tipos de prática jornalística ao relacionar o conjunto das características das duas modalidades.

Um segundo passo foi a seleção de três matérias premiadas sobre temáticas socioambientais, caracterizadas como reportagens de jornalismo ambiental, mas que também chancelamos como peças de jornalismo investigativo por apresentarem características dos dois campos apontados. Para a coleta dessas matérias, pesquisamos por prêmios nacionais, deixando de fora os regionais, mesmo específicos, em meio ambiente. Consideramos assim o Prêmio Vladimir Herzog, que apesar de não ser especializado na área ambiental, apresenta trabalhos sobre o tema; localizamos os títulos das matérias pelo site do prêmio que aponta os vencedores desde 1979⁶; o acesso ao material foi obtido por serviço pago de assinantes. A segunda premiação considerada foi o tradicional Prêmio Esso de Jornalismo que realizou 60 edições, de 1955 até 2015, quando passou a ser chamado de Prêmio ExxonMobil de Jornalismo.

Selecionamos as seguintes reportagens premiadas, por termos nelas encontrado a maioria das características consideradas para matérias investigativas e de jornalismo ambiental:

⁶ <http://premiolvladimirherzog.org/lista-premiados-vladimir-herzog-todas-as-edicoes/> O Prêmio Vladimir Herzog foi criado pelo Comitê Brasileiro de Anistia no ano de 1978 para estimular os jornalistas a tratarem do tema da Anistia e dos Direitos Humanos. A ideia foi pensada por Perseu Abramo, diretor, na época, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo⁶. A sua primeira edição ocorreu em 1979 e em 2020 foi realizada a 42ª edição, promovida por 14 instituições.



- 1) “Terra Bruta”, de André Borges e Leonêncio Nossa, do jornal *O Estado de São Paulo*, primeiro lugar em *Categoria Jornal*, do Prêmio Vladimir Herzog, de 2016.
- 2) “O meio ambiente como estorvo”, de Bernardo Esteves da Costa, da revista *Piauí*, Menção Honrosa em *Produção Jornalística em Texto* no Prêmio Vladimir Herzog, de 2019.
- 3) “No Topo do mundo”, de Daniela Chiaretti, do jornal *Valor Econômico*, primeiro lugar em *Informação Científica, Tecnológica e Ambiental*, no Prêmio Esso de 2011.

Como última etapa de procedimentos, localizamos nove matérias de cobertura ambiental no site da *Folha de S. Paulo*, por meio de uma conta “assinante”. Como recorte temporal, buscamos, a partir de junho de 2020, por uma semana em que nenhum fato/evento catastrófico tivesse ocorrido na área e a encontramos no início do mês de julho, com coleta realizada entre 5 a 11 de julho (domingo a sábado). A *Folha* possui uma editoria chamada “Ambiente”, mas fizemos as buscas em todo o jornal, entendendo que existem temas ambientais que aparecem em outras editorias, como é o caso da editoria *Mercado*.

Quadro 2 – Notícias sobre temas socioambientais publicadas na Folha de S. Paulo (5 a 11 de julho de 2020)

Data	Título	Editoria
5/7/20	Amazônia sob Bolsonaro/Na maior jazida de nióbio do mundo, índios querem decidir	Ambiente
7/7/20	Exportação de carne bovina concentra metade do desmatamento em 2% dos municípios	Ambiente
7/7/20	MPF pede que Justiça afaste Ricardo Salles do Meio Ambiente	Ambiente
8/7/20	Em carta a Mourão, empresas pedem combate ao desmatamento	Mercado
9/7/20	Governo escala relações públicas ambiental contra fuga de investidores	Mercado
10/7/20	Fundos Estrangeiros cobram Mourão sobre desmatamento	Mercado
11/7/20	Alta no desmatamento reduziu investimento, dizem empresas	Mercado
11/7/20	Navio atracado pode afundar e causar danos em Santos	Ambiente
11/7/20	Amazônia tem 14º mês seguido de aumento de desmate, e derrubada em junho é a maior desde 2016	Ambiente

Fonte: Organizada por um dos autores, com base no jornal *Folha de S. Paulo*.

Na sequência, com base em inferências sobre os conteúdos jornalísticos lidos — leitura flutuante à moda de Bardin (2011) — e com base nas características do jornalismo ambiental e do jornalismo investigativo, que passaram a funcionar como categorias



analíticas, examinamos as matérias premiadas; repetimos o procedimento com as matérias da cobertura ambiental encontradas em uma semana de cobertura da *Folha de S. Paulo*.

4 Análise das reportagens premiadas e da cobertura diária

4.1 Reportagens premiadas

“Terra Bruta”⁷: divide-se entre texto *longform* e uma série de fotografias, para apresentar as relações entre grilagem de terras na Amazônia e problemas socioambientais, com destaque para o desmatamento, extermínio indígena e assassinatos de quem se opõe à devastação da floresta. Um dos títulos, “Pistolagem, devastação e morte no coração do Brasil”, dá o tom que anuncia a complexidade da temática e a necessidade de contextualização e conexão entre os vários aspectos. De forma ampla foca problemas socioeconômicos, de grilagem, de ingovernabilidade e de bandidagem, tendo como pano de fundo o extermínio do maior bioma tropical do planeta. Três blocos priorizam fortemente o jornalismo ambiental: “Saque na Floresta”, “Extermínio Guarani-Caiová” e “Destruição deliberada”. A reportagem apresenta todas as características do jornalismo investigativo aqui consideradas; e em termos de jornalismo ambiental deixa apenas um ponto descoberto: não aponta perspectivas de soluções ou rumos. É complexa, interdisciplinar, de interesse público, bem contextualizada. Deixa claro como o meio ambiente da região é algo a ser destruído, para que o espaço seja utilizado para se ganhar muito ou pouco dinheiro. Ou seja, o meio ambiente, enquanto natureza a ser preservada ou utilizada para serviços ambientais ou de economia racional e sustentável, é um estorvo.

“O Meio Ambiente como estorvo”⁸: Se em “Terra Bruta” a barbárie ocorre no chão, nos ares (o bandido que manda despejar um avião de veneno sobre a propriedade de um produtor) e no interior da floresta que aos poucos vira cinza, nessa reportagem a barbárie está na Capital Federal, Brasília, praticada por um ministro do Meio Ambiente “que é contra o meio ambiente”; e por um presidente da República (2018-2022) que garante a impunidade de quem destrói a Amazônia; revela-se ainda uma Constituição Federal desrespeitada e um mercado que oscila entre a sanha pela terra para o agronegócio e o temor das sanções

⁷ <https://infograficos.estadao.com.br/politica/terra-bruta/> Acesso em 20 de junho 2020.

⁸ <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-meio-ambiente-como-estorvo/> Acesso em 20 de junho de 2020.



internacionais pela destruição da floresta. Narrada em primeira pessoa, o jornalista entrevistou nada menos que 29 funcionários públicos (ou ex) entre as 58 fontes utilizadas, para mostrar um corpo técnico escorraçado por cumprir a lei ambiental e um governo que pratica a grilagem no coração da legislação, punindo a fiscalização sobre o meio ambiente. Todas as características do jornalismo investigativo aqui elencadas estão presentes, e em termos de jornalismo ambiental deixa de aparecer apenas o apontamento para o leitor de como a questão ambiental faz parte de seu cotidiano.

“No Topo do Mundo”: a terceira reportagem sai do Brasil e vai até o Ártico para revelar “o lugar mais vulnerável da Terra”, onde as mudanças climáticas em curso se mostram mais evidentes. A reportagem, também narrada em primeira pessoa, consegue aliar uma linguagem leve e em tom de viagem, sem perder o rumo da narrativa de divulgação científica sobre o maior problema ambiental da história do planeta, tendo como extra a aventura de se estar a bordo de um navio do grupo ativista Greenpeace. Publicada em blocos, destaca o Ártico como o campo de batalha das emissões de CO₂. Como narrativa de jornalismo ambiental apresenta a maioria das características, com um texto que segura o leitor, com um único senão: não coloca as mudanças climáticas em seu cotidiano.

Assinalamos que uma característica do jornalismo ambiental não se aplicou a nenhuma das reportagens: aquela que pede o uso adequado do termo “desenvolvimento sustentável”, enquanto conceito criado no sistema capitalista, e da relativização do marketing verde, por absoluta falta de ligação com os cenários e narrativas das três reportagens. Em síntese, as três são reportagens investigativas sobre temáticas socioambientais, apresentando narrativas contextualizadas, complexas, interdisciplinares, com linguagem atraente, detalhada e precisa, e com a racionalidade ambiental se sobrepondo à racionalidade econômica.

4.2 Cobertura diária

A coleta de uma semana de cobertura diária da *Folha* sobre temas socioambientais constituiu uma amostra (não exaustiva) de nove matérias, da versão impressa. Uma ótima surpresa levou ao descarte de uma delas, publicada no domingo, dia 5 de julho: “Na maior jazida de minérios do mundo, índios querem decidir”. Ocorre que a matéria faz parte da série “Amazônia sob Bolsonaro”, publicada em blocos em diferentes edições, “que mostra



as mudanças e as pressões na maior floresta tropical do mundo durante o atual governo e os desafios para mantê-la em pé” (FOLHA, 5/7/2020, B6). É com certeza uma reportagem investigativa de jornalismo ambiental, mas não faz parte da cobertura diária.

Das outras oito matérias, sete se referem à questão do desmatamento na Amazônia, assunto em baila em julho e agosto de 2020, já que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou que a derrubada em julho era a maior desde 2016 e prosseguia em alta por 14 meses, causando mais estragos à imagem já combalida do Brasil na comunidade externa. A única matéria alheia a essa temática, na editoria *Cotidiano*, era a da iminência do afundamento de um navio-escola em Santos (SP), no dia 11 de julho, que poderia causar impactos ambientais, sem mencionar uma linha sobre quais seriam esses impactos. Na editoria *Ambiente*, estão três matérias; e na editoria *Mercado*, as outras três. Mas, a matéria que relaciona o desmatamento com a exportação de carne bovina, em *Ambiente*, apresenta viés totalmente economicista de mercado — publicada em 7 de julho, é baseada em estudo internacional e dá voz a três grandes empresas exportadoras de carne, sem nenhuma consulta a especialistas, ambientalistas ou pessoas que vivem nos espaços onde mais se desmata em função da cadeia produtiva. Outra matéria desvia-se apenas explicitamente da toada desmatamento e mercado, pois implicitamente a questão está presente em todas as entrelinhas: publicada em 7 de julho, aborda o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para afastamento do Ministro do Meio Ambiente acusado de desestruturar dolosamente as estruturas de proteção do Meio Ambiente brasileiro. As fontes são todas do MPF.

Dois matérias se destacam por não atender nenhuma característica do que deveria ser uma cobertura ambiental: a primeira sobre a contratação de empresas de Relações Públicas estrangeiras pelo governo federal para diminuir o desgaste da imagem do Brasil, com relação ao desmatamento na Amazônia que provoca fuga de investidores internacionais; semelhante a um *release*, a matéria apresenta visão exclusivamente governamental alheia à questão ambiental e preocupada em salvar as aparências, para manter recursos financeiros; a segunda matéria aborda os fundos estrangeiros que se posicionam contra o desmatamento na Amazônia, exigindo planejamento e fiscalização; novamente mostra-se apenas o viés de mercado e governamental. Uma única matéria da amostra equilibra as características de um bom jornalismo ambiental: com base em dados do Inpe, a publicação de 11 de julho mostra com diversidade de fontes, inclusive vozes de



ambientalistas, a questão do contínuo e crescente desmatamento da Amazônia sob um governo federal que nada faz em termos de prevenção ou fiscalização.

Enfim, a cobertura ambiental examinada confirma a fragilidade apontada pelos pesquisadores da área, ao não atender a várias das características do jornalismo ambiental. De forma geral, as matérias se pautaram sobretudo por uma racionalidade econômica e baixíssima diversidade de fontes e por não estabelecer nenhuma ligação da questão ambiental com o cotidiano dos brasileiros — não há aproximações com o clima, mudanças climáticas, saúde, aumento de epidemias e doenças, extinção de biodiversidade etc.

5 Considerações finais

Tivemos a pretensão inicial de que certas características das reportagens investigativas premiadas sobre temáticas socioambientais poderiam funcionar como uma diretriz para a cobertura diária de temas socioambientais, mesmo reconhecendo a imensa diferença de esforços de pauta, reportagem, redação e edição entre notícias diárias e reportagens premiadas de cunho investigativo. Assinale-se, ainda, a diferença de finalidades da cobertura diária e de reportagens de fôlego amplo.

Após a análise, essa diretriz parece mais funcionar — e aqui corremos o risco da subjetividade — como inspiração e motivação para a produção da cobertura ambiental com qualidade jornalística. Explica-se: reportagens *longform*, investigativas em sentido amplo, e não apenas pautadas em denúncias, são sedutoras para leitores e para os próprios jornalistas e é nesse sentido que conseguem alimentar a “alma” do jornalismo que ainda resiste no meio de tantas metamorfoses em rotinas produtivas, formas de consumo, alterações de plataformas e modelos de negócio. Um ponto a ser aprofundado.

Consideramos ter respondido em parte aos objetivos e questões de pesquisa, ao verificar as características similares entre as duas modalidades jornalísticas examinadas e observar que nas reportagens premiadas essas similaridades se estabelecem de maneira natural, redundando em publicações bem apresentadas que atendem aos paradigmas do jornalismo investigativo e do jornalismo ambiental. As três reportagens conseguem transpor as lógicas do campo socioambiental para o coração do jornalismo. São emblemáticas nesse sentido e mereceriam uma análise de conteúdo detalhada, o que não foi feito neste momento.



Já, as fragilidades que emergem da cobertura diária se evidenciaram e levam ao acatamento dos argumentos dos pesquisadores estudados, em especial no que se refere ao viés economicista da cobertura ambiental, com privilegiamento de fontes do mercado e governamentais. Também são frágeis as matérias cotidianas ao não estabelecerem vínculos entre os problemas ambientais com questões sociais, culturais, de saúde etc., deixando a questão como uma externalidade para os leitores.

Ao buscar entender como a cobertura diária ambiental poderia ser mais aprofundada e sensível, revelando uma racionalidade ambiental e menos os interesses do mercado, postulamos que ao sair da rotina instalada da cobertura governamental e econômica, que funciona em um mundo à parte da sociedade, seria mais relevante ir buscar no mundo real as questões emergentes do conflito sociedade-natureza, assim como aparecem nas reportagens investigativas. Ou seja, fazendo uma cobertura de interesse público e não de interesse de mercado ou de governos prepostos pelo mercado.

O retorno de editorias de meio ambiente nos jornais e revistas poderia ser outro caminho nesse sentido, uma vez que levaria à busca de uma cobertura focada e mais especializada sobre os fenômenos socioambientais e os atores que os cercam. Mas não uma editoria de ambiente para atender os interesses de um mercado que se traveste de verde com objetivos focados apenas no marketing. De qualquer forma, o viés socioambiental deveria continuar presente em várias outras editorias, pois a problemática faz parte de tudo que nos cerca, nos alimenta, nos mantém vivos. E deveria haver investimento contínuo, apesar das dificuldades, em matérias *longform*, como um alento para a área.

É interessante ainda observar que algumas características do que se preconiza como bom jornalismo ambiental não foram contempladas nas matérias investigativas premiadas, como é o caso da inserção de bons exemplos e práticas e de mostrar os problemas e soluções ambientais no cotidiano da sociedade. São aspectos que caberiam muito bem na cobertura ambiental, que parece estar lidando apenas com a estratosfera dos mercados internacionais e do agronegócio que desmata, sem colocar o pé no chão do cotidiano.

Referências



BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 2016.

BUENO, Wilson da C. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**. São Paulo: Mojoara Ed., 2007.

DEL VECCHIO DE LIMA, Myrian; JÚNIOR, Pedro da S.; LOOSE, Eloísa B. MEI, Danielle S.; SCHNEIDER, Thais; DUARTE, Valéria. A comunicação ambiental e suas potencialidades no enfrentamento dos dilemas socioambientais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 34, agosto 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/39965/26085> Acesso: jun. 2022.

FERNANDES, José Carlos; LIMA, Myrian Del Vecchio de. Conexões entre o jornalismo hiperlocal e o jornalismo investigativo: algumas reflexões e observações. **Comunicação & Inovação**. PPGCom/UCSC, v. 18, n. 36, p. 45-61, jan-abr 2017. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/3873/2153 Acesso em: jul. 2020.

FORTES, L. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Curitiba, Editora UFPR, 2008.

GIRARDI, Ilza. Entrevista a um dos autores (2016).

GIRARDI, Ilza *et al.* **Jornalismo Ambiental: teoria e prática**. Porto Alegre: Metamorfoses, 2018.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas (SP): Papirus, 1990.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do jornalismo** — o que os jornalistas devem saber e o público exigir. São Paulo: Geração, 2003.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza do antropoceno**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editorial/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Myrian Del Vecchio de; LOOSE, Eloisa B.; MEI, Danielle; SCHNEIDER, Thaís; DUARTE, Valéria; LAMBACH, Higor. Jornalismo e meio ambiente: apontamentos sobre dez anos de produção acadêmica nos eventos da Intercom. **Intercom** – RBCC São Paulo, v. 38, n. 2, p. 231-252, jul./dez. 2015.

MORIN, Edgar.; KERN, Anne B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.



SEQUEIRA, Cleofe M de. **Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia.** São Paulo: Summus Ed., 2005.

TRIGUEIRO, André. Entrevista a um dos autores (2016).

ⁱ Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPR. Líder do Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber.

ⁱⁱ Jornalista. Doutorando em Comunicação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação pela UFPR. Membro do Grupo Click – Comunicação e Cultura Ciber.

